



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001892-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP -
Assessoria de Comunicação (ASCOM) - Comissão de Memória.

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Contratação de empresa especializada na
prestação de serviços gráficos para impressão – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 2 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP com vistas à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos para impressão, objetivando a **revisão e o lançamento do Livro "Como Sentinelas Avançadas"** e o **livro "Revista Ações de Destaque"**, e o **livro do "Relatório de gestão 2022/2023"**, com contornos iniciais definidos no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1067063](#)).

02. Registra-se que o relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 243/2023** ([1078279](#)).

03. Na Solicitação nº 22/2023 - **Comissão de Memória** (evento [1100952](#)), a unidade esclarece que existe interesse da área de memória em maior disseminação da história do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, utilizando o maior quantitativo possível para entrega da versão impressa para diversas áreas de memórias dos órgãos públicos e bibliotecas e solicitou manifestação de concordância quanto à proposição de acréscimo de 19,99% do valor das notas de empenho inclusas nos eventos ([1085996](#)) e ([1085997](#)).

04. Por conseguinte, a SJGI atendeu a solicitação da Comissão de Memória e remeteu o feito à SAOFC para as providências necessárias ([1101077](#)) relacionadas ao acréscimo pretendido.

05. Por meio do despacho nº 3158/2023 ([1101109](#)), o secretário da SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária, e, após, AJSOFC para análise e emissão de parecer jurídico ([1101109](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Ato contínuo, a COFC solicitou os devidos ajustes no planejamento orçamentário ([1101238](#)), pleito que fora atendido pelo SAOFC por meio do despacho nº 3161/2023 ([1101244](#)).

07. A Programação Orçamentária para custear o acréscimo **inicialmente** pretendido pela **Comissão de Memória** foi juntada no evento ([1101635](#)), oportunidade em que a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração estaria adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, e de acordo com a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 consta do processo SEI nº 0000150-50.2022.6.22.8000.

08. Por sua vez, a **Assessoria de Comunicação** (ASCOM), já considerando a solicitação realizada inicialmente pela **Comissão de Memória**, solicitou o acréscimo de mais 5% do valor total do contrato, perfazendo o montante de R\$ 1.710,00 ([1102638](#)), e remeteu o feito à Diretoria Geral para manifestação de concordância ([1102943](#)).

09. Dando continuidade ao procedimento, a Diretoria Geral deste Tribunal, considerando reunião de alinhamento realizada, remeteu o feito à **SJGI** e à **ASCOM** para juntada de informações atualizadas sobre o andamento processual ([1107259](#)).

10. Em atenção ao despacho nº 17/2024 da lavra da Diretoria Geral ([1107259](#)), a **Assessoria de Comunicação** (ASCOM) informou que as solicitações ([1100952](#)) e ([1102638](#)) deveriam ser desconsideradas, e, por fim, solicitou o acréscimo contratual no montante de 24,31% das notas de empenho inclusas nos eventos ([1085996](#)) e ([1085997](#)).

11. Destarte, a Diretoria Geral informou haver interesse desta Administração em reproduzir mais cópias da revista e da área de memória em divulgar a história do TRE-RO, e **autorizou** a continuidade dos procedimentos necessários à implementação do acréscimo contratual pretendido ([1108002](#)).

12. Nesse diapasão, por meio do despacho nº 72/2024 ([1109065](#)), o secretário da SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária, e, após, AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico ([1101109](#)).

13. A Programação Orçamentária **final** para custear o acréscimo pretendido foi juntada no evento ([1109540](#)), oportunidade em que a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estaria adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, e de acordo com a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 que consta do processo SEI nº 0003707-45.2022.6.22.8000.

14. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

15. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001892-76.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

16. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, **não adentrando no mérito técnico e administrativo da escolha da contratação**, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

17. Sob a égide do regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, **ajustes**, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus **termos aditivos**. (sem destaques no original)

18. Nessa esteira, a prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no **art. 124 da Lei nº 14.133/21**, *in verbis*:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19. De igual forma, o **Termo de Referência nº 03/2023** – Comissões/Memoria ([1075152](#)), registra expressamente como deveres e responsabilidade da contratada:

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;

20. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as informações prestadas pela ASCOM descritas no evento ([1107894](#)), reproduzidas, no que relevante, no relatório deste parecer, que consistem, em suma, na necessidade de reproduzir mais cópias da revista e da área de memória em divulgar a história do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, utilizando o maior quantitativo possível para entrega da versão impressa dos impressos às diversas áreas de memórias dos órgãos públicos e bibliotecas, correspondente a **24,31% do objeto**.

21. Conforme demonstrado pela unidade gestora, o valor total do referido aditivo foi dimensionado em R\$ 9.000,00, correspondente a 24,31% das notas de empenho ([1085996](#)) e ([1085997](#)), **a serem suportados pelo plano interno ADM APOIO "Material Bibliográfico"**, havendo comprovação de disponibilidade orçamentária para a cobertura do acréscimo da despesa, conforme demonstrado no evento ([1109540](#)).

22. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com fundamento no **art. 124, I, c/c art. 125 da Lei nº 14.133/21 e item 7.3.2 do Termo de Referência 03/2023 - Comissões/Memória** ([1075152](#)).

IV – DA CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, trazendo ainda a esta manifestação as conclusões do Parecer Jurídico nº 243/2023 ([1078279](#)) opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, na forma descrita na Solicitação nº 2/2024 - ASCOM ([1107894](#)), com **fundamento art. 124, I, c/c art. 125 da Lei nº 14.133/21 e item 7.3.2 do Termo de Referência nº 03/2023 - Comissão de Memória** ([1075152](#)) da contratação originária.

Registre-se que, conforme já apontado no **item 13 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2024 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida**. ([1109540](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Noutro giro, verifica-se que o contrato foi substituído por **Nota de Empenho, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, consoante o **art. 95 da Lei nº 14.133/21**. Assim, o extrato de empenho do **acréscimo contratual** para lastro da despesa deverá ser juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

25. Ressalte-se, por fim, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que não lhe compete legalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados e principalmente quanto aos valores constantes nas planilhas elaboradas.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 12/01/2024, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 12/01/2024, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1109555** e o código CRC **FF7417D4**.